GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

GENDER IN THE AMAZON: RESISTANCE TO THE VIOLENCE OF PATRIARCHAL-RACIST CAPITALISM

Márcio Oliveira¹

Carla Letícia Carvalho Campinas²

João Victor Silva Cabral³

Fernanda Machado Melo⁴

Resumo

A socialização nos moldes da sociedade patriarcal-racista-capitalista produz e reproduz profundas desigualdades de gênero, classes e étnico-raciais, as quais devem ser problematizadas à luz de sua importância teórico-prática. O presente estudo discute a violência de gênero na Amazônia, seu contexto institucional e suas resistências sociopolíticas. Trata-se de uma investigação de natureza exploratória com aspectos da totalidade histórica para apreensão da realidade social por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Dos resultados obtidos, verifica-se que há dispositivos legais que versam sobre a violência contra a mulher na região, múltiplas formas de embate às injustiças sociais protagonizadas pelo movimento feminista e a centralidade de unificação das lutas por emancipação política e humana no combate às relações de opressão e exploração que fundam a sociedade vigente.

Palavras-chave: gênero; violências; resistências; Amazônia.

Abstract

Socialization along the lines of a patriarchal-racist-capitalist society produces and reproduces profound gender, class and ethnic-racial inequalities, which must be problematized in light of their theoretical and practical importance. This study discusses gender violence in the Amazon, its institutional context and its

¹Universidade Federal do Amazonas. E-mail: marcio.1808@hotmail.com

² Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FACED/UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade. Principais áreas de estudo e pesquisa: Gênero; Educação, Direitos Humanos. E-mail: carlaleticiaseso@gmail.com

³ Técnico em Agroecologia pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/IFCHS/UFAM). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TEMPPUS). Principais áreas de estudo e pesquisa: Relações étnico-raciais, formação profissional e questão social na Amazônia. E-mail: victorcabral22@gmail.com

⁴Professora na Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM). Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FACED/UFAM). Principais áreas de estudo e pesquisa: Educação; Violência contra a mulher; Políticas Públicas; Educação em Direitos Humanos. E-mail: fernanda.melo@ufam.edu.br

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

sociopolitical resistance. It is an investigation of an exploratory nature with aspects of the historical totality to apprehend the social reality through bibliographical anumental research techniques. From the results obtained, it appears that there are legal provisions that deal with violence against women in the region, multiple forms of combating social injustices carried out by the feminist movement and the centrality of unifying struggles for political and human emancipation in the fight against relations of oppression and exploitation that found the current society.

Keywords: gender; violence; resistances; Amazon.

I. INTRODUÇÃO⁵

A discussão acerca da violência contra as mulheres tem sido pauta de inúmeros estudos nacionais (GASMAN, 2014; GIANNINI, 2020; MESQUITA, 2021; NOGUEIRA, 2020; PIZA; FERREIRA, 2021; ROSA, 2021) e internacionais (ARIAS; BALDEON; BUENO, 2020; GARCÍA; JESÚS, 2014; RUEDA, 2020). O que há de comum entre essas pesquisas é o fato de que a violência contra as mulheres é um fenômeno social, cultural, histórico e político. E precisa ser combatido pelos vários setores da sociedade, incluindo a educação, saúde, segurança pública e assistência social.

A partir desse cenário, é possível enfatizar que o estado brasileiro é patriarcal, misógino, sexista... ao estabelecer (assim como inúmeras outras nações) que a mulher é inferior ao homem. Isso fica explícito nos escritos de Matos e Paradis (2014, p. 109) quando destacam que o patriarcado tem se transformado e “[...] continua moldando as nossas instituições estatais, tratando de garantir e sustentar a inserção subordinada das mulheres nas distintas dimensões da esfera pública e, com isso, retardando e muito os avanços que as mesmas demandam e lutam”.

Com isso, se tornam cada vez mais necessários os estudos feministas que buscam discutir, problematizar e debater práticas de combate à inferiorização das mulheres, buscando uma sociedade mais igualitária (SAFFIOTI, 1987). É fundamental atacar a estrutura da sociedade, fazendo vir à tona todas as suas nuances violentas, que fazem muitas mulheres sentirem o peso do patriarcado.

⁵ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

Junto a esse cenário, chamamos à atenção a violência de gênero na região amazônica que tem o agravante do aspecto de etnia (TORRES, 2021). É fundamental pensarmos que essa região tem sido marcada por inúmeras expressões da questão social, sobretudo por sua geolocalização. A violência de gênero a que são submetidas as mulheres na região amazônica precisa ser analisada a partir da interseccionalidade, sobretudo porque une aspectos de gênero, étnico-racial e classe.

A partir do exposto, o objetivo do presente texto é fomentar o debate acerca dos estudos feministas, levando em consideração o fenômeno da violência, o contexto amazônico e suas nuances. O texto foi construído a partir de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando de análise qualitativa dos dados.

Para atingir o objetivo, o artigo está dividido em três seções, a saber: II. Patriarcado e Socialização Masculina: uma discussão introdutória em torno das violências de gênero; III. Racionalidade neoliberal e Masculinidade: seus desdobramentos e práticas de resistência na Amazônia; IV. Políticas públicas de combate à violência contra a mulher: contextos e práticas no Amazonas.

II. PATRIARCADO E SOCIALIZAÇÃO MASCULINA: uma discussão introdutória em torno das violências de gênero

O Patriarcado é um sistema de dominação e exploração masculina sobre as mulheres, refere-se a milênios de anos da história recente em que se consolidou uma hierarquia entre homens e mulheres que privilegia o poder masculino (SAFFIOTI, 2015), implicando na "[...] valorização desigual atribuída pela sociedade e legitimada pela cultura patriarcal aos corpos e subjetividades das pessoas" (TIMM, 2012, p. 185). Tal dominação ganha corpo por meio do controle e da vigilância dos corpos e comportamentos, alicerçando no seio da sociedade o que é ser homem e o que é ser mulher, ao impor o que cada grupo social deve seguir, vestir, fazer ou pensar.

O advento do sistema patriarcal decorre da apropriação por parte dos homens da função sexual e reprodutiva das mulheres, anterior à constituição da propriedade privada e da sociedade de classes, visto que "[...] a transformação dessa capacidade em mercadoria, na verdade, está no alicerce da propriedade privada" (LERNER, 2019, p. 33). A divisão sexual do trabalho

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

forjou e atribuiu papéis sociais a partir do sistema sexo-gênero, sendo que a transgressão desses estereótipos configura anomalia ou questão a ser corrigida. Nesse sentido, o capitalismo e o patriarcado possuem relação dialética na construção e perpetuação das relações de opressão e exploração das mulheres, relegando-as às atribuições da esfera privada (o doméstico, o maternal, o cuidado). Para os homens, a esfera do poder e da dominação.

Embora a origem da dominação masculina esteja localizada na apropriação da capacidade reprodutiva e sexual das mulheres, o gênero tem ganhado outras tonalidades na contemporaneidade, pois na medida em que as relações sociais de sexo foram se complexificando, as relações de gênero também. As condições e práticas sociais e culturais perpetuam a dominação masculina, contexto no qual o impacto das forças sociais e culturais na construção dos estereótipos de gênero rompe com o determinismo biológico (LERNER, 2019).

O gênero é uma categoria em disputa, sendo "[...] la construcción teórica alrededor del concepto de género es un proceso no concluido, un campo en desarrollo, que condensa interpretaciones o visiones muy heterogéneas" (BORREGO, 2018, p. 472). Não há uma única conceituação de gênero, existem consensos e dissensos em torno dessa categoria. Este estudo toma como pressuposto a dialética entre a categoria sexo e gênero, o que sugere "[...] tomar como punto de partida un concepto más complejo, que es el sistema sexo-género" (BORREGO, 2018, p. 472).

Nesse sentido, a construção, consolidação e perpetuação dos diversos estereótipos de gênero "[...] e a consolidação do preconceito de gênero cria o solo necessário para que ocorra a expressão da violência" (TIMM, 2012, p. 191), visto que a consolidação desses estereótipos no bojo da produção e reprodução das relações sociais reforça o imaginário da supremacia masculina, valorizando atributos masculinos em detrimento dos femininos, desta feita, o pênis se torna uma representação do prestígio (TIMM, 2012).

Essa sociedade falocêntrica tem estabelecido a mulher como o gênero frágil, justamente por não carregar em seu corpo atributos masculinos. De forma cultural, social, histórica e política as mulheres têm sido inferiorizadas, além de sofrerem as mais variadas formas de violência, baseadas no sistema sexo-gênero.

Nesse sentido, a violência está incrustada nas relações humanas há muito tempo, seu conceito e repercussões na sociedade podem ser analisadas por diversas áreas do conhecimento, seja do ponto de vista jurídico, sociológico, filosófico etc., como um fenômeno complexo e

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

múltiplo, podendo ser lido a partir de fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos, todavia, não deve ser limitado a nenhum deles (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

O conceito de violência considera as normas, valores e convenções sociais e culturais de dada sociedade, a exemplo dos esportes, das cirurgias e das estratégias de manutenção da ordem etc. (MICHAUD, 1989). O uso de violência é considerado legítimo nesses casos e, por vezes, reconhecido por um aparato jurídico-legal.

Nas sociedades patrilineares e patriarcais, a violência masculina é vista como positiva e os comportamentos que denotam virilidade e agressividade masculina são valorizados, pois “as mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens - sempre vinculados à força - são preparados para o exercício do poder” (SAFFIOTI, 2015, p. 89).

Não há evidências que o cenário contemporâneo seja mais violento em relação às épocas passadas, entretanto, a “[...] racionalidade técnica, instrumental e de gestão que opera nas sociedades contemporâneas leva a valorização do controle dissimulado dos problemas e a solução racional dos conflitos, condenando o recurso à violência aberta, brutal e sangrenta” (MICHAUD, 1989, p. 42). No entanto, na sociedade contemporânea há um processo de valorização da violência, onde o perpetrador é valorizado ou admirado, por exemplo, pode-se visualizar alguns grupos em específico que são valorizados a partir da violência que praticam, a exemplo de gangsteres, terroristas, ditadores etc.

Nesta direção, as relações de poder e dominação inerentes ao sistema patriarcal estão presentes na forma em que os indivíduos são socializados, ou seja, na produção e reprodução das relações sociais e, por conseguinte, nas subjetividades humanas, visto que a subjetividade é essencialmente material e não está à parte da sociedade. A socialização masculina/feminina atravessa os seres humanos desde o nascimento e volta-se para a perpetuação dos papéis e estereótipos de gênero (MACHADO et al, 2020).

Fica evidenciado que o patriarcado produz masculinidades de cariz violento, repercutindo nas violências manifestadas no seio da sociedade. Os homens lideram índices estatísticos em diversos crimes e contravenções penais, segundo o Estudo Global sobre Homicídios (2019), em 2017, cerca de 81% das vítimas de homicídio eram do gênero masculino e mais de 90% dos suspeitos desses casos eram homens, ou seja, os homens se matam entre si, e matam as mulheres.

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

A violência contra a mulher é apenas uma face da socialização masculina, sendo ela compreendida como violência de gênero "[...] frequente nas relações conjugais" (HABIGZANG, 2018, p. 13). A violência contra a mulher não se limita à violência física, sendo essa observável e de fácil comprovação, mas consideram-se suas diversas faces, implicando a necessidade de romper com uma sociedade que legitima como verdadeira "[...] apenas aquela agressão que é visível, comprovável a partir de elementos exteriores, como exames médicos e testemunhas" (TIMM, 2012, p. 188).

A violência perpassa a vida de todas as mulheres, se manifestando por meio das formas física, sexual, patrimonial, financeira, psicológica, epistêmica, moral e/ou política. O estudo e a nomeação de tais violências mostram-se fundamentais no sentido da proposição e promoção das estratégias de enfrentamento às suas múltiplas refrações na sociedade de classes, patriarcal e racista. Ademais, torna-se necessário ressaltar que "[...] o patriarcado como sistema é histórico: tem início na história. Sendo assim, pode ser extinto pelo processo histórico" (LERNER, 2019, p. 31), portanto, a ruptura com patriarcado e o modo de produção capitalista e racista é uma necessidade, o que pressupõe posturas críticas no combate às relações desiguais de sexo-gênero, raça e classe.

III. RACIONALIDADE E MASCULINIDADE: seus desdobramentos e práticas de resistência na Amazônia

A diferença biológica entre os sexos fica entendida como a justificativa natural da diferença construída socialmente entre os gêneros e, principalmente, a divisão social do trabalho. A dominação e a força particular inscritas na consciência social do sistema patriarcal decorre do acúmulo e condensamento de duas operações: “[...] ela legitima uma relação de dominação, inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2012, p. 33). A legitimação das ordens física e social acabam por excluir as mulheres de atividades mais nobres, colocando-as em lugares inferiores.

Sendo o patriarcado um conjunto de aspectos que preconizam o masculino como hegemônico e dominante ao longo da constituição da ordem social, o qual “[...] designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

(DELPHY, 2009, p. 173), compreende-se a importância de análise das relações sociais contemporâneas, de forma consubstanciada, tendo em vista a indissociabilidade entre opressão e exploração nos sistemas patriarcal-racista-capitalista. Nesse sentido, tanto o patriarcado quanto o racismo se particularizam como uma necessidade do modo de produção capitalista, não enquanto um legado (BARROSO, 2018).

As relações de opressão e exploração estão imbricadas ao modo de produção capitalista e são reforçadas pela lógica neoliberal, as quais recaem sobre as mulheres e podem ser vislumbradas no âmbito do aumento do desemprego, empregos informais com salários baixos e desproporcionais e nos altos índices de violência contra as mulheres. O domínio masculino sobre o feminino tem o propósito de atender aos interesses dos que detêm o poder econômico, funcionando como o mecanismo que viabiliza o processo de marginalização das mulheres (SAFFIOTI, 2013). Este processo de interrelação se dá, pois, a determinação de gênero opera como uma engrenagem no processo de formação da consciência histórica dos homens e das mulheres.

O neoliberalismo atua na sociedade, incisiva e sistematicamente, tornando-se uma racionalidade, produzindo mutações sobre tudo e todos de modo a alterar as relações sociais. Essa racionalidade impõe classificações, como os desejáveis e indesejáveis, gerando modos de “[...] pensar e atuar no mundo que redefine vocabulários, empobrece a linguagem, demoniza culturas políticas, modifica hábitos cidadãos, relativiza direitos fundamentais e inviabiliza práticas democráticas” (CASARA, 2021, n.p).

A apreensão desse conjunto de imaginários sociais que ganham corpo e se desdobram em mandamentos de condutas e comportamentos impostos às grandes massas de indivíduos que compõem a atual sociedade com mecanismos de opressão e repressão às reivindicações contra o *status quo*, é salutar para construção de estratégias de enfrentamento ao sistema capitalista-patriarcal-racista configura-se enquanto condição *sine qua non*

para se revoltar, abandonar a inércia e procurar alternativas. Não há muito tempo: a tendência à ilimitação na busca por lucros, inerente ao neoliberalismo, é um claro sinal da catástrofe que se aproxima em um planeta que é finito. Mas não basta compreender. É preciso construir alternativas a esse conjunto de normas e a esse imaginário que permitem a guerra econômica generalizada, a construção de inimigos, a destruição da natureza, o fim das solidariedades, o poder das finanças, o empobrecimento da população e o aumento crescente das desigualdades (CASARA, 2021, n.p).

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

As contradições que permeiam os sistemas capitalista, patriarcal e racista têm suas bases na indissociabilidade entre as relações de exploração e opressão, produzindo profundas desigualdades de classes, raça e gênero. Dentre as alternativas teóricas, nos parece razoável a defesa de unidade dialética entre as categorias, haja vista que a opressão fica posta como a via para exploração (BARROSO, 2018), contexto no qual as relações e condutas são naturalizadas por meio da dominação que se desdobram em privilégios e desigualdades que caracterizam a exploração. Desse modo, ressaltamos que os homens

retiram um benefício relativo da opressão de sexo/gênero e que as mulheres não experimentam dessa opressão de forma homogênea, embora estejam submetidas em seu conjunto ao poder opressivo do patriarcado. Da mesma forma, desigualdades de classe e étnico-raciais geram distintas formas de subjetividade [...] Portanto, as relações sociais de sexo/gênero interatuam com as de classe e raça, operando na determinação das formas específicas — e hierarquizadas — de como as opressões são vividas objetiva e subjetivamente (BARROSO, 2018, p. 459).

A defesa da unidade dialética entre as lutas, visto que todas têm seu mesmo cerne, pressupõe o reconhecimento de que tais privilégios e desigualdades não se limitam apenas ao sexo e abarcam as relações étnico-raciais, uma vez que admitir que as opressões encontram-se fundidas historicamente à exploração se coloca como “[...] uma possibilidade para a unificação das lutas por emancipação política e humana, diga-se, a partir de uma totalidade diversificada, que reconheça as múltiplas experiências objetivas e subjetivas de sexo/gênero (incluindo as sexualidades) e étnico-raciais” (BARROSO, 2018, p. 455).

A internacionalização do patriarcado e suas expressões de barbárie na Amazônia nos implica o reconhecimento de que “[...] há dificuldade em construir um pensamento amazônico porque a Amazônia sempre foi vista de fora” (TORRES, 2021, p. 20), portanto, as leituras sobre a Amazônia podem partir de uma visão estigmatizada, por vezes, atravessada pelo viés colonizador ou caricato da construção do/a outro/a. A construção de novos paradigmas epistemológicos sobre as relações de gênero na Amazônia é condição elementar para a proposição de estratégias que confrontam a estrutura patriarcal-racista-capitalista nos diversos territórios.

A diversidade étnico-racial, a relação com os rios e a floresta e suas formas de sociabilidade traduzem outras expressões de gênero, o que não quer dizer que não existem desigualdades de gênero na região, tampouco que o conhecimento produzido por feministas do

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

ocidente deve ser ignorado. O debate sobre a mulher na Amazônia deve levar em consideração “[...] a noção de tempo e espaço, mostrando como as relações de gênero são percebidas a partir da inscrição das categorias sociais no espaço (etnia)” (TORRES, 2021, p. 32).

A análise das relações de sexo e gênero na Amazônia deve considerar a etnia, seus sistemas de valores, as formas de sociabilidade, as relações de trabalho e produção, considerando que enquanto “[...] a ideia da mulher como um ser maligno é uma especificidade da tribo Dessana, localizada no alto rio negro, Amazonas” (TORRES, 2021, p. 31), outras etnias visualizam as “[...] mulheres indígenas da Amazônia [...] sempre em prontidão, armadas e estrategicamente preparadas para vencer os inimigos” (TORRES, 2021, p. 23). Fatos evidenciados na historiografia da Amazônia e seus inúmeros conflitos por hegemonia, poder e terras, “[...] foi num desses conflitos entre a tropa de Orellana e os indígenas que os espanhóis teriam conhecido as mulheres guerreiras, transformadas por eles em Amazonas.” (TORRES, 2021, p. 23).

Ocorre que, na atualidade, o sistema capitalista-patriarcal-racista vem se mundializando, produzindo expressões da questão social fincadas na dialética da opressão e da exploração que interseccionam relações de gênero, étnico-raciais e de classe. Um exemplo dos desdobramentos da mundialização do capitalismo na última fronteira é a crise humanitária sofrida pelos Yanomami, uma vez que a “[...] desnutrição, malária, pneumonia e verminoses, além da violência constante de garimpeiros ilegais ocasionaram uma situação de crise sanitária e humanitária na maior terra indígena do Brasil, onde vivem cerca de 28 mil Yanomami” (COOL; MENEZES, 2023).

A internacionalização do capitalismo não se expressa nas relações de produção do povo Yanomami, entretanto, se solidifica na mundialização das expressões da questão social, inerentes ao modo de produção capitalista. As relações que os povos originários estabelecem com a floresta, os rios e com outros povos não compreendem a apropriação da riqueza socialmente produzida, ou seja, a mais-valia. No entanto, esses povos têm suas vidas e subjetividades atravessadas pela lógica e pelo ideário capitalista-patriarcal-racista nas suas múltiplas formas, quais sejam: o racismo ambiental, a exploração indiscriminada da Amazônia por parte da burguesia regional, nacional e internacional, a expropriação de terras, conflitos agrários, agudização da fome, propagação de doenças e infecções, a exploração sexual das mulheres e crianças amazônidas nas áreas de exploração de minérios, assim como o turismo

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

sexual durante os festivais tradicionais da região, como ocorre no Festival do Boi de Parintins/AM, no Festival do Çairé em Santarém/PA, nas festividades do Peixe Ornamental de Barcelos/AM, na Festa do Cupuaçu em Presidente Figueiredo/AM, no Festival Folclórico de Curuçá/PA, dentre tantos. A cooptação das identidades e das festividades amazônicas para lógicas sexualizantes e mercadológicas também se particulariza como expressão da questão social na Amazônia, a partir da expansão dos sistemas capitalista-patriarcal-racista na região.

Essas expressões da questão social na Amazônia esboçam os processos de espoliação e de múltiplas violências que afligem, sobretudo, as mulheres amazônicas. À vista disso, é salutar que consideremos a questão social enquanto um conjunto de refrações que se expressam por meio das mais diversas desigualdades, assim como também caracteriza a rebeldia, considerando que os sujeitos que vivenciam tais injustiças se revoltam e expressam suas reivindicações ao contexto permeado por contradições e desigualdades (IAMAMOTO, 1997).

Na Amazônia, as formas de resistência ao sistema capitalista-patriarcal-racista são diversas e levam em consideração os aspectos culturais, comunitários, ambientais e anticoloniais. No que concerne ao movimento de mulheres no Amazonas, ressalta-se que o Comitê da Mulher Universitária foi a primeira entidade feminista do Estado, tendo iniciado suas atividades políticas no final da década de 1970 nas dependências da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, no contexto da ditadura militar (VALE; PEDRAÇA, 2022).

O Comitê da Mulher Universitária chegou ao fim no início da década de 1980, sendo assim, parte das militantes da entidade fundaram, em 1982, a União de Mulheres de Manaus (UMM), entidade criada para defesa dos direitos das mulheres para além da universidade, tendo como objetivo organizar as mulheres manauaras nos locais de moradia, considerando que os “[...] bairros não tinham associações de moradores para lutar pelas melhorias locais, sendo assim, a UMM contribuiu tanto para o processo de construção das associações de moradores quanto para a criação das associações de mulheres nos bairros da cidade de Manaus” (VALE; PEDRAÇA, 2022, p. 7). O referido movimento foi um dos mais importantes para a história do movimento feminista e comunitário amazonense. Ao longo dos anos e com a ampliação das lutas, outras entidades e movimentos sociais feministas surgiram, seja com base na atuação comunitária, cultural, solidária, socioambiental ou forjados na luta antirracista, anti-colonial e anti-imperialista.

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

Aqui, citaremos alguns dos inúmeros movimentos sociais liderados por mulheres e que possuem atuação no Amazonas numa perspectiva feminista, com o propósito de evidenciarmos a amplitude e a diversidade do movimento de mulheres na região, a saber: Instituto Feminismos na Amazônia, Fórum Permanente das Mulheres de Manaus, Movimento de Mulheres Solidárias do Amazonas, Associação das Donas de Casa do Estado do Amazonas, Movimento Feminista Maria Sem Vergonha, Economia Solidária e Movimento de Mulheres Negras da Floresta, União Brasileira de Mulheres/Seção Amazonas, As Amazonas, Menstrua, Coletivo Kunhã, Juntas Amazonas, Banheiro Feminista, Mulheres Pérolas Negras - Tabatinga, Unegro, Coletivo Ponta de Lança, Coletivo Yaci, Roda de Mães Baré, Humaniza Coletivo Feminista, Instituto As Manas, Crioulas do Quilimbo Amazonas, Articulação das Mulheres do Amazonas, Associação Amazonense de Mulheres Independentes pela Livre Expressão Sexual, Guerreiras Amazônicas em Movimento, Grupo de Mulheres Nova Floresta, Grupo de Mulheres do Monte Pascoal, Movimento de Mulheres Negras da Floresta - Dandara, Mulheres em Ação pela Transformação do Santa Inês, Núcleo de Mulheres do Comitê Social de Santa Etelvina, Rede de Mulheres Positivas, etc.

A totalidade dos movimentos feministas no Amazonas e na Amazônia não cabe neste artigo, portanto, a atuação e resistência dos movimentos sociais que foram e dos que não foram supramencionados devem ser reconhecidas e valorizadas. Vale enfatizar que a luta desses movimentos sociais são fundamentais para o desvendamento da violência de gênero, inclusive para o levantamento de dados, para a organização e construção de políticas públicas de proteção às mulheres. Nesse sentido, hooks (2022) enfatiza que o movimento feminista avança sempre que trabalhamos pelo fim do sexismo, e esta tarefa demanda a adesão e a organização, lutando pelo feminismo do lugar de onde estamos, no intuito de privilegiarmos as nossas especificidades, anseios, bandeiras e vivências.

IV. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: contextos e práticas no Amazonas

Neste tópico, utilizamo-nos da técnica de pesquisa documental com a etapa de checagem e organização de documentos oficiais oriundos de canais governamentais, buscando a exposição dos pressupostos legais que se encontram em vigência no âmbito do estado do

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

Amazonas. No que se refere às legislações sociais de proteção da mulher, temos complementos das Leis que se encontram em vigor no âmbito Federal. Sendo as principais, a Lei nº 5.343, de 14 de dezembro de 2020, que determina a comunicação, por parte dos condomínios residenciais, conjuntos habitacionais e congêneres, sobre os casos de agressões domésticas contra mulheres, na forma que especifica, no âmbito do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2020a).

Há, também, a Lei nº 5.291, de 27 de outubro de 2020 que autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção tarifária dos transportes públicos intermunicipais para mulheres vítimas de violência doméstica ou estupro, e mulheres gestantes (AMAZONAS, 2020b). O estado possui, ainda, a Lei nº 5.285, de 23 de outubro de 2020 que prevê a disponibilização, na internet, da lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher, prevendo a disponibilização nas esferas administrativas como conselhos tutelares e outros setores, a critério da Segurança Pública e Penitenciária do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2020c).

A Lei nº 5.263, de 29 de setembro de 2020, por sua vez, dispõe sobre o registro de violência doméstica por meio de delegacia interativa, durante a pandemia do Coronavírus - Covid 19 (AMAZONAS, 2020d). No texto da lei é possível o registro de delitos em relação à violência doméstica de forma virtual.

Consequentemente, vislumbram-se leis com foco na conscientização e nas ações educativas, assim como a difusão do combate à violência contra a mulher nos espaços escolares. Referente a isso, hooks (2013) destaca a necessidade de estabelecimento de uma atmosfera cultural no contexto educacional em que os preconceitos sejam contestados e transformados em prol de uma Educação crítica e consciente, posto que tais processos de transformação se encontram estritamente relacionados à capacidade de modificação dos sujeitos. A respeito disso, o quadro abaixo ilustra as legislações que discorrem sobre a temática problematizada:

Quadro 1- Leis do Estado do Amazonas com foco na conscientização e ações educativas.

Lei nº 5.250 de 2020	Dispõe sobre a utilização de linguagem não sexista no âmbito da Administração Pública do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2020e)
Lei nº 5.386 de 2021	Institui o dia 7 de agosto como o Dia Estadual da Igualdade, Dignidade, e Defesa da Mulher no Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2021f)

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

Lei nº 5.388 de 2021	Institui o dia 6 de dezembro como o dia da Mobilização Estadual dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres (AMAZONAS, 2021g)
Lei nº 5.424 de 2021	Institui no calendário Oficial do Estado do Amazonas, a Virada Feminina (AMAZONAS, 2021h)
Lei nº 5.492 de 2021	Institui no Calendário Oficial do Estado do Amazonas, o Dia da Mulher Indígena, a ser comemorado no dia 5 de setembro (AMAZONAS, 2021i).

Fonte: Adaptado da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (2021).

Entretanto, Teles (2012) aponta que é possível que por meio de ações educativas e de prevenção, que denotem à capacitação de cidadãos/ãs para mudar, efetivamente, seu comportamento e mentalidade, se construa a perspectiva de desenvolvimento de novos papéis sociais em que o respeito mútuo e a dignidade sejam as pautas principais em nossa sociedade.

No que tange a esfera educacional e ressaltando a importância do debate acerca da violência contra a mulher no contexto escolar, a Lei nº 5.202, de 8 de junho de 2020, estabelece a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à violência contra as mulheres no sistema estadual de ensino do Amazonas (AMAZONAS, 2020J). Nas palavras da lei: “Art. 1º Fica estabelecida a promoção de ações que visem à valorização de mulheres e meninas e a prevenção e combate à discriminação e a violência contra as mulheres no sistema estadual de ensino” (AMAZONAS, 2020j, art.01).

Esta lei estabelece ações que preconizem a prevenção e o combate à discriminação, assim como a valorização de meninas e mulheres, na rede de ensino do estado do Amazonas. Por meio de capacitação das equipes pedagógicas e demais trabalhadores/as da Educação, promoção de campanhas educativas assim como estímulo de socialização de práticas pedagógicas que operem no sentido da erradicação de todas as formas de discriminação e violência contra a mulher (AMAZONAS, 2020j).

A compreensão de que, para além das leis que auxiliam o combate e a prevenção deste tipo de violência, mostra-se fundamental que avancemos cada vez mais no sentido das transformações sociopolíticas e de mudanças concretas nas mentalidades e racionalidades, buscando novas formas de sociabilidade e o resgate de práticas de solidariedade. Nesse sentido, a educação se particulariza como um dos instrumentos de promoção dessas transformações

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

(OLIVEIRA; PEIXOTO; MAIO, 2018), devendo empenhar-se na problematização de pensamentos e comportamentos retrógrados, os quais fundam a sociedade patriarcal-racista-capitalista, e a partir desta desconstrução, seja possível, ainda, a criação de instrumentos viabilizadores do processo de mudança em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apreende-se, portanto, que o movimento feminista organizado também é propulsor de outras formas de sociabilidades, desempenhando um papel pedagógico, que não se resume ao enfrentamento das imposições e violências de gênero, por isso, evidencia sua extrema relevância para a sociedade.

V. CONCLUSÃO

A violência atravessa diversas sociedades, em particular na sociedade estruturada pelo sistema capitalista-patriarcal-racista, assumindo um cariz masculino e masculinista. A internacionalização desse sistema na Amazônia se caracteriza como a força motriz para diversas violências de gênero contra as meninas e mulheres amazônidas, se expressando de formas específicas e hierarquizadas neste território, considerando as relações étnico-raciais e socioculturais. Desta feita, os movimentos feministas do Amazonas possuem um importante papel no combate às violências e desigualdades de gênero, raça e classe na Amazônia, tendo em vista que foram primordiais tanto para a organização comunitária e construção de políticas públicas quanto para a elaboração de leis que dissertam sobre violência contra a mulher.

Uma parte da legislação sobre a violência contra a mulher no Amazonas segue o rigor das leis nacionais, no entanto, também existem leis próprias do Estado. Nesse sentido, foi possível observar que as leis de combate à violência específicas do Amazonas privilegiam a sensibilização da sociedade em torno da problemática. Vale ressaltar que embora o aparato jurídico-legal e o avanço das legislações sejam importantes, não se mostram suficientes para travar as violências de gênero sem que exista condições objetivas para sua materialização.

À vista disso, o investimento na rede de proteção às mulheres, o fortalecimento da intersetorialidade das políticas públicas, o combate à exploração desenfreada das terras, rios e florestas da Amazônia, a garantia dos direitos humanos dos povos originários e a promoção de uma educação emancipadora e não sexista são alguns dos caminhos e estratégias para forjar outras relações de sexo-gênero e étnico-raciais na região. Tais estratégias não propõem uma

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

ruptura com o sistema capitalista-patriarcal-racista, no entanto, se expressam como avanços para as mulheres e para a classe trabalhadora, as quais são afetadas cotidianamente pelas múltiplas refrações da questão social, reconhecendo que se encontram nos limites da emancipação política.

Esta posição teórica e política se distancia de uma concepção "quanto pior melhor" da realidade que, por vezes, é marcada pelo elitismo acadêmico. Nesse sentido, vislumbrar uma nova forma de sociabilidade pautada na emancipação política e humana da sociedade deve ser o horizonte para o fim da opressão e exploração do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher.

VI. REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Lei nº 5.343, de 14 de dezembro de 2020.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2020a.

AMAZONAS. **Lei nº 5.291, de 27 de outubro de 2020.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2020b.

AMAZONAS. **Lei nº 5.285, de 23 de outubro de 2020.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2020c.

AMAZONAS. **Lei nº 5.263, de 29 de setembro de 2020.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2020d.

AMAZONAS. **Lei nº 5.250 de 15 de setembro de 2020.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2020e.

AMAZONAS. **Lei nº 5.386 de 8 de janeiro de 2021.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2021f.

AMAZONAS. **Lei nº 5.388 de 11 de janeiro de 2021.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2021g.

AMAZONAS. **Lei nº 5.424 de 19 de março de 2021.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2021h.

AMAZONAS. **Lei nº 5.492 de 11 de junho de 2021.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2021i.

AMAZONAS. **Lei nº 5.202, de 08 de junho de 2020.** Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2020j.

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

ARIAS, Eugenia Fabián; BALDEON, Luz Vilcas; BUENO, Yovana Alberto. Factores de riesgo que influyen en la violencia contra la mujer de parte del cónyuge en la sierra central del Perú. **Revista Espacios**, v. 41, n. 22, 2020.

BARROSO, Milena Fernandes. Amazonas: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, 2018.

BORREGO, Arellys Esquenazi. Género y relaciones capitalistas de producción: una reflexión desde la perspectiva marxista. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 471-483, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

COOL, Liana; MENEZES, Adriana Vilar. **Situação dos Yanomami expõe abandono dos indígenas pelo Estado**. São Paulo: Unicamp notícias, 2022.

DELHPY, Christine. **Patriarcado**. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES. **Homicídio mata mais do que conflitos armados**, diz novo estudo do UNODC. 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/07/homicidio-mata-mais-pessoas-do-que-conflitos-armados--diz-novo-estudo-do-unodc.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2023

GARCÍA, Yugueros; JESÚS, Antonio. La violencia contra las mujeres: conceptos y causas. **Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales**, n. 18, pp. 147-159, 2014.

GASMAN, Nadine. O enfrentamento à violência contra as mulheres no mundo. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, ano 15, nº 38, p. 145-163, janeiro-Abril/2014.

GIANNINI, Renata *et al.* Violência contra mulheres: como a pandemia calou um fenômeno já silencioso. **Artigo Estratégico 51**, Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvi Libanio. 19. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS – CE, Debate n. 6, 1997.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MACHADO, D. F.; CASTANHEIRA, E. R. L.; ALMEIDA, M. A. S. Interseções entre socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 5003-5012, 2021.

GÊNERO NA AMAZÔNIA: RESISTÊNCIAS ÀS VIOLÊNCIAS DO CAPITALISMO-PATRIARCAL-RACISTA

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57-118, jul./dez., 2014.

MESQUITA, Aline Martins et al. Agravamento da violência de gênero no contexto da Pandemia da COVID-19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 25, n. 01, p. 11-25, 2021.

MICHAUD, Yves. **A violência** (Tradução: L. Garcia). Paris: Presses Universitária de France, 1989.

NOGUEIRA, Rebecca. **Violência contra a mulher**: uma epidemia silenciosa em tempos de pandemia de Covid-19. 2020. 96 f. Monografia (Curso de Graduação em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo; MAIO, Eliane Rose. A educação enquanto promotora de uma cultura de Paz: o foco nas questões de gênero e sexualidade. **Revista Amazônia**, Manaus, vol. 03, n 02. p. 27-39, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4893>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PIZA, Roberto; FERREIRA, Luiz. **Combate à violência contra a mulher entra para currículo escolar**. Brasília: RadioagenciaNacional, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2021-06/combate-violencia-contra-mulher-entra-para-curriculo-escolar>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ROSA, Patrícia. Luta contra a violência à mulher: Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial do feminicídio. **Revista Afirmativa.Com**. 12 out. 2021.

RUEDA, Natalia. Violencias contra la mujer e intrafamiliar y responsabilidad civil por daño intrafamiliar en Colombia: a propósito de la sentencia SU-080 de 2020. **Revista de Derecho Privado**, n. 39, p. 385-396, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

TELES, M. A. A. **O que é violência contra a Mulher**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

TIMM, Flávia. A violência contra as mulheres. In: JÚNIOR, José Geraldo de Sousa; APOSTOLOVA, Bistra Estefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias (org). **Introdução Crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEUAD, FUB, 2011.

TORRES, I. C. SALES, A. A. **Tecendo Gênero na Amazônia**: vozes da floresta e dos rios no protagonismo das mulheres. Alexa Cultural: São Paulo. EDUA: Manaus, 2021.